



O CAMINHO SUL-AMERICANO: INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL SOB ALBA E UNASUL E RESOLUÇÃO INTERNACIONAL DE CONTROVÉRSIAS¹⁻²⁻³

THE SOUTH AMERICAN WAY: SUB-REGIONAL INTEGRATION UNDER ALBA AND UNASUR AND INTERNATIONAL DISPUTE RESOLUTION

Manuel A. Gómez⁴

“Have you ever danced in the tropics?

With that hazy lazy

Like, kind of crazy

Like South American Way”

(Carmen Miranda & Bando Da Lua, 1959)

RESUMO: Este artigo descreve dois dos mais recentes esforços de integração sub-regional na América do Sul, a ALBA e a UNASUL, incluindo os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento. A análise aqui oferece atenção especial ao papel desempenhado pelo governo venezuelano, especialmente durante o governo do ex-presidente Hugo Chávez, tanto em termos políticos quanto econômicos em direção à ascensão e ao crescimento da ALBA. Este artigo também explica como a forte dependência do apoio da Venezuela foi prejudicial para a ALBA, que foi afetada negativamente pela crise enfrentada pelo país latino-americano. Em contraste com o caso da ALBA, este artigo discute a ascensão da

¹ Artigo recebido em 12/09/2021, sob dispensa de revisão.

² Artigo publicado em sua versão original em inglês, com o título “The South American Way: Sub-regional Integration under ALBA and UNASUR and International Dispute Resolution” no *Hungarian Journal of Legal Studies* 58, No 4, pp. 449–457 (2017).

³ A tradução para o português foi feita por Larissa Clare Pochmann da Silva.

⁴ Professor Associado de Direito, Reitor Associado de Estudos Internacionais e de Graduação na Faculdade de Direito da Universidade Internacional da Flórida, Estados Unidos. Para a versão original, publicada em inglês, o autor agradece ao Professor Csongor István Nagy, Ph.D., LL.M., SJD, dr. juris, pelo gentil convite para publicar o artigo e ao Professor Gilberto Guerrero Rocca por suas valiosas percepções sobre as disputas internacionais de investimentos na América Latina. Esta edição temática (Missed and new opportunities in world trade. Eds. Csongor István Nagy & Zoltán Víg) foi publicada como parte do projeto de pesquisa *HAS-Szeged Federal Markets ‘Momentum’ Research Group*. Flórida, Estados Unidos da América do Norte. E-mail: magomez@fiu.edu



UNASUL como um esforço coletivo e os esforços de seus membros para criar um marco regional que inclui uma nova proposta de um Centro de Solução Consensual de Controvérsias de Investimentos. A metodologia adotada é a de análise qualitativa das informações obtidas em bibliografia específica. Na parte final, conclui-se que os dois esforços mais recentes de integração regional na América Latina, representados pela ALBA e pela UNASUL, foram além dos acordos econômicos tradicionais para um empreendimento mais abrangente, que atende a outras questões sociais e políticas de interesse comum dos Estados membros. No entanto, no caso da ALBA, a dependência excessiva do apoio financeiro e político da Venezuela foi a força motriz por trás dela e também o principal obstáculo para seu desenvolvimento. No caso da UNASUL, a situação parece ser um pouco diferente e a estrutura mais estável. Será necessário esperar o lançamento do Centro de Solução de Controvérsias sobre Investimentos, que se propõe a oferecer uma alternativa ao atual mecanismo patrocinado pelo Banco Mundial para avaliar se o esforço valeu a pena para os estados membros, seus cidadãos e os investidores estrangeiros que fazem negócios com esses estados.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, Integração sub-regional, UNASUL, Resolução Internacional de Controvérsias, ALBA.

ABSTRACT: This article describes two of the most recent sub-regional integration efforts in South America, namely ALBA and UNASUR, including the factors that have contributed to their development. The analysis offered here pays special attention to the role played by the Venezuelan government, particularly during the administration of former president Hugo Chavez, both in political and economic terms toward the rise and growth of ALBA. This article also explains how the heavy dependence on Venezuela's support was also detrimental to ALBA for it has been negatively affected by the crisis currently faced by the Latin American country. In contrast to the case of ALBA, this article discusses the rise of UNASUR as a collective endeavor and the efforts of its members to create a regional framework that includes a novel proposal of a Centre for the Settlement of Investment Disputes. The methodology adopted is the qualitative analysis of information obtained in



specific bibliography. In the final part, it is concluded that the two most recent efforts of regional integration in Latin America, represented by ALBA and UNASUR, went beyond traditional economic agreements to a more comprehensive enterprise, which addresses other social and political issues of common interest of member states. However, in the case of ALBA, over-reliance on Venezuela's financial and political support was the driving force behind it and also the main obstacle to its development. In the case of UNASUR, the situation seems to be a little different and the structure is more stable. It will be necessary to wait for the launch of the Investment Dispute Settlement Center, which proposes to offer an alternative to the current mechanism sponsored by the World Bank to assess whether the effort was worthwhile for member states, their citizens and foreign investors doing business with these states.

KEYWORDS: Latin America, Sub-regional integration, UNASUR, International dispute resolution, ALBA.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo descreve dois dos mais recentes esforços de integração sub-regional na América do Sul, a ALBA e a UNASUL, incluindo os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento. A análise realizada tem como foco o papel desempenhado pelo governo venezuelano, particularmente durante o mandato do ex-presidente Hugo Chávez, tanto em termos políticos quanto econômicos para a ascensão e crescimento da ALBA. O texto também trata de como a forte dependência do apoio da Venezuela também foi prejudicial para a ALBA, que foi afetada negativamente pela crise atualmente enfrentada pelo país latino-americano. Em contraste com o caso da ALBA, discute a ascensão da UNASUL como um esforço coletivo para criar um marco regional que inclui uma nova proposta de um Centro de Solução de Controvérsias de Investimentos.

A seção II descreve o contexto e as condições que levaram ao surgimento e ao desenvolvimento da ALBA e da UNASUL como parte da mais recente onda de integração regional na América Latina e no Caribe. Esta seção também analisa criticamente o papel



de Hugo Chávez na promoção da integração regional na América Latina como forma de expandir sua base política e construir alianças estratégicas em toda a região e além. Também compara a ALBA e a UNASUL quanto ao alcance, à estrutura e outras características, destacando assim algumas diferenças e semelhanças importantes.

A Seção III volta-se para a proposta feita de criação de um Centro de Solução de Controvérsias sobre Investimentos no âmbito da UNASUL como melhor alternativa ao ICSID – Centro Internacional de Solução Consensual de Controvérsias sobre Investimentos. Esta seção aprofunda algumas das principais características desse mecanismo de solução de controvérsias menciona alguns de seus desafios. A Seção IV contém uma breve conclusão.

2. A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

A integração regional e sub-regional é uma aspiração dos países latino-americanos há muitas décadas⁵. Pode-se imaginar que tais objetivos são fáceis de serem alcançados dada à proximidade geográfica, aos desafios comparáveis e aos laços históricos comuns que unem os países da região. Entretanto, o caminho para a integração tem sido árduo. Os países latino-americanos tentaram organizar e construir alianças fortes que os ajudassem a enfrentar seus obstáculos comuns e fortalecer sua presença nos mercados regionais e globais à medida que a União Européia surgiu, fortaleceu-se e tornou-se um poderoso concorrente global⁶.

Com poucas exceções, as alianças latino-americanas tenderam a envolver apenas um grupo de países e também se concentram principalmente nas relações comerciais e na integração econômica, por exemplo, MERCOSUL, CAN, CARICOM, CARIFTA, DR-CAFTA. Não obstante, alguns dos esforços mais recentes, em parte devido à

⁵ Baumann, R. Integração na América Latina – Tendências e desafios, CEPAL, janeiro de 2008 (2017) <www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2008/01306.pdf> acessado em 12 de dezembro de 2017.

⁶ Indart, G., Lengyel, M., Integração Econômica da América Latina: arranjos sub-regionais e padrões de comércio, Focal/CIS Research papers, 1995 (2017) <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/29586/115753.pdf?sequence=1>> acessado em 10 de dezembro de 2017.



liderança de países como a Venezuela, também se concentraram na integração política. Os dois exemplos mais notáveis desses últimos esforços são a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA, por sua sigla em espanhol: *Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América*)⁷ e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, por suas iniciais em espanhol: *Unión de Naciones Suramericanas*)⁸.

Tanto a ALBA quanto a UNASUL surgiram ou ganharam força a partir de iniciativas defendidas por Hugo Chávez, o autoproclamado pai da Revolução Bolivariana e presidente da Venezuela entre 1999 e 2013. Chávez nomeou seu movimento político em homenagem a Simon Bolívar, o herói venezuelano do século XIX que liderou a independência de várias nações sul-americanas da Espanha e propôs pela primeira vez a ideia de um continente unido que resistiria fortemente às superpotências coloniais europeias⁹. Os 170 anos que se passaram entre a morte de Bolívar em 1830 e a eleição de Chávez como presidente da Venezuela em 1999, testemunhou muitos altos e baixos em toda a América Latina.

As ex-colônias espanholas e portuguesa (Brasil), ao conquistarem a independência, puderam adquirir identidades e culturas nacionais próprias, construir seus próprios sistemas jurídicos, instituições governamentais e outras estruturas típicas de qualquer sociedade moderna. Por outro lado, eles também suportaram períodos de guerra civil, instabilidade política e crises econômicas. Dependendo da sua riqueza, muitas vezes derivada da exploração dos recursos naturais, da sua estabilidade institucional e política e de outros fatores, alguns países da América Latina e do Caribe se saíram melhor do que seus vizinhos durante certos períodos, mas a região como um todo sempre ficou aquém de atingir um nível ideal de progresso e integração.

A ascensão de Chávez como uma espécie de líder regional e a difusão de seu movimento político não foi apenas produto de sua personalidade carismática ou de suas táticas populistas, mas também o resultado da súbita riqueza da Venezuela causada pelo aumento meteórico do preço do petróleo que começou no ano 2000. Essa combinação perfeita permitiu que um relativamente estranho à política como Chávez comprasse

⁷ Portalalba (2017) <<http://www.portalalba.org/index.php/>> acessado em 11 de novembro de 2017

⁸ UNASURSG (2017) <<http://www.unasursg.org/en>> acessado em 13 de novembro de 2017

⁹ Gómez (2012).



votos, colhesse aliados políticos e irritasse muitos antiamericanos e anticapitalistas. O movimento político de Chávez prometeu erradicar a pobreza e a desigualdade, promover o progresso e o desenvolvimento econômico e combater a expansão do capitalismo promovendo uma nova versão do socialismo apelidada de 'socialismo do século XXI' (*Socialismo del Siglo Veintiuno*).

Alguns dos aliados mais visíveis foram Fidel Castro de Cuba, Evo Morales da Bolívia, Lula da Silva e Dilma Rousseff do Brasil, Rafael Correa do Equador, Daniel Ortega da Nicarágua e Cristina Kirchner da Argentina. Outros líderes importantes da América Latina e além também foram abertamente simpáticos ao movimento e ao comportamento sem remorso e retórica provocativa de Chávez, especialmente contra os Estados Unidos, o que contribuiu para consolidar sua imagem como um líder mundial para os desprivilegiados.

3. O AMANHECER E O ANOITECER DE ALBA?

A ALBA (que também significa “amanhecer” em espanhol) surgiu de um acordo bilateral assinado entre Cuba e Venezuela em 2000 pelo qual Cuba enviou médicos, professores e treinadores esportivos para a Venezuela em troca de uma cota da produção de petróleo venezuelano¹⁰. Foi um esforço para promover o bem-estar social por meio de trocas e outras formas de ajuda econômica entre nações latino-americanas e caribenhas, inicialmente promovido como uma 'alternativa' à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) defendida pelos Estados Unidos no início dos anos 2000.

A ALBA era, de fato, uma alternativa à proposta de livre mercado dos Estados Unidos e seus aliados, mas seus fundadores decidiram abandonar essa referência e chamaram-na de “aliança”. O modelo Cuba-Venezuela foi ampliado para incluir mais nove países, com a Venezuela geralmente desempenhando o papel de patrono ou financiador, e Cuba fornecendo mão de obra e assistência técnica.

¹⁰ Convenio Integral de Cooperación entre la República de Cuba y la República Bolivariana de Venezuela [Acordo de Cooperação Integral] (2017) <http://ctp.iccas.miami.edu/FOCUS_Web/>



É importante destacar o papel de Cuba, que desde o início dos anos 1960 vinha enviando milhares de profissionais de saúde para a África, Ásia e América Latina, divulgados como esforços humanitários, mas com evidentes conotações políticas. Os críticos, que muitas vezes chamavam essas estratégias de "diplomacia médica"¹¹, as chamavam de uma tentativa de Fidel Castro de difundir a ideologia socialista ao mesmo tempo em que despertava simpatia pela revolução cubana. Chávez lançou uma versão renovada desses programas na Venezuela no início dos anos 2000, por meio de uma série de programas chamados 'Missões' (Misiones), que se tornaram a peça central das políticas sociais daquele país e a principal estratégia de compra de votos e plataforma política clientelista de Chávez¹².

A ALBA foi muito mais do que um acordo político. Seu componente comercial implicou o lançamento de uma moeda virtual regional, o SUCRE, que seria usado para trocas comerciais entre os participantes do bloco comercial da ALBA em vez do dólar americano¹³. O SUCRE estava prestes a se tornar uma moeda forte semelhante ao euro da União Europeia, mas sua implementação encontrou alguns obstáculos que estão além do escopo deste artigo¹⁴.

Aproveitando os preços recordes do petróleo que duraram até o início da década, Chávez direcionou bilhões de dólares americanos para a promoção de programas de bem-estar social na América Latina e no Caribe. Essa estratégia permitiu que Chávez também disseminasse sua ideologia política e construísse fortes alianças¹⁵. A ALBA também trouxe visibilidade renovada às supostas realizações da revolução castrista em relação a programas sociais e acessibilidade assistência médica.

¹¹ Beato-Nuñez, V., et ai. Castro's Doctor Diplomacy, 5(5) Medical Sentinel 163–66, 2000 (2017) <www.jpands.org/hacienda/article47.html> acessado em 22 de novembro de 2017.

¹² Gómez (2012).

¹³ Sucrealba (2017) <www.sucrealba.org> acessado em 29 de novembro de 2017.

¹⁴ Rosales, A. et ai. Sucre: Uma ferramenta monetária para a complementaridade econômica, Research on Money and Finance, Discussion paper No. 31, Department of Economics, SOAS, 2011 (2017) <www.searchgate.net/profile/Antulio_Rosales/publication/254449183_Sucre_A_Monetary_Tool_Toward_Economic_Complementarity/links/55b239f408ae9289a0852243/Sucre-A-Monetary_Tool-Toward-Economic-Complementarity.pdf> acessado em 22 de novembro de 2017.

¹⁵ Corales e Penfold-Becerra (2011).



À medida que os preços do petróleo despencaram e Chávez sucumbiu a uma doença terminal, a ALBA perdeu o apoio financeiro da Venezuela e o apoio político de seu principal promotor. Preocupado com a profunda crise econômica e política que resultou em parte da forte queda de receitas que atingiu a Venezuela, o presidente Nicolás Maduro, sucessor designado de Chávez, não conseguiu manter a posição de influência que seu país já teve na região, muito menos angariar apoio político para si mesmo.

No momento em que o texto é escrito¹⁶, a outrora incrivelmente rica Venezuela está imersa na mais profunda crise econômica de sua história. Com mais de 80% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, escassez generalizada de alimentos e remédios, uma das maiores taxas de homicídios da região e um regime abertamente autoritário – o país sul-americano passou da riqueza à miséria em menos de uma década e os esforços regionais que apoiou obviamente sofreram como consequência.

A ausência da Venezuela no comando da ALBA e a recente mudança no cenário político regional tem sido um fator debilitante para o acordo sub-regional, pelo menos no curto prazo. Só o tempo dirá se esses desenvolvimentos significam o crepúsculo desta iniciativa regional, ou se, pelo contrário, eles representam apenas um soluço em uma jornada bem-sucedida em direção à realização do sonho de Simón Bolívar.

4. A ASCENSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA UNASUL

A ascensão da UNASUL, diferentemente do caso da ALBA, não pode ser creditada apenas à influência de Chávez. As nações sul-americanas já haviam trabalhado para estabelecer importantes blocos comerciais sub-regionais, como CARICOM, SICA, CAN e Mercosul, mas ficaram aquém da ideia de uma integração plena e eficiente. A Tabela 1 mostra os acordos regionais mais importantes da região durante o século XX.

Tabela 1. Acordos regionais e sub-regionais na América Latina e o Caribe

¹⁶ Notas da tradução: em sua versão original, o texto foi escrito em inglês e publicado inicialmente no ano de 2017.



Acordo	Data
Mercado Comum Centro-Americano (CACM)	1960
Associação de Livre Comércio da América Latina (LAFTA)	1961
Área de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA)	1969
Mercado Comum Andino (ACM)	1969
CARICOM	1973
Associação Latino-Americana de Integração (LAIA)	1980
MERCOSUL	1991
ALBA	2004
UNASUL	2008

A influência política e o poder econômico de Chávez certamente foram importantes para a criação da UNASUL em 2008, mas a estrutura desse acordo sub-regional parece ser menos dependente da Venezuela do que a ALBA. Mesmo após a morte de Chávez e a mudança de destino que continua afetando a outrora rica e influente nação sul-americana, os membros da UNASUL parecem determinados a alcançar seu objetivo.

Assim como no caso da União Europeia, a integração econômica foi apenas parte do plano da UNASUL. Seus objetivos se estendem a políticas e planos de ação relativos a acordos políticos, identidade comunitária, cooperação energética, meio ambiente, democracia, alimentação, saúde e educação¹⁷, a Aliança do Pacífico (AP) e a CARICOM concordaram em criar uma estrutura supranacional ambiciosa composta por quatro órgãos¹⁸, doze conselhos ministeriais, um parlamento, um banco regional e um Instituto de Governo

¹⁷ Relatório SELA em 9; Ver também, artigo 21 do Tratado Constitutivo da UNASUL.

¹⁸ Ver, artigo 5º Tratado Constitutivo da UNASUL.



em Saúde. O grupo também admitiu dois observadores, México e Panamá, e seu atual presidente pro tempore rotativo é o argentino Mauricio Macri.

Tabela 2. Participação na UNASUL

País	Associação regional e sub-regional
Argentina	Associado da Comunidade Andina (CAN), Mercosul
Bolívia	Comunidade Andina (CAN), Mercosul
Brasil	Comunidade Andina (CAN), Mercosul
Chile	Comunidade Andina (CAN), Mercosul
Colômbia	Comunidade Andina (CAN), Mercosul – Protocolo de Adesão, CARICOM-Estado Observador
Equador	Comunidade Andina (CAN), Mercosul – Protocolo de Adesão
Guiana	Acordo - Quadro Mercosul, CARICOM
Paraguai	Associado à Comunidade Andina (CAN), Mercosul
Peru	Comunidade Andina (CAN), Mercosul – Protocolo de Adesão
Suriname	Acordo - Mercosul
Uruguai	Associado à Comunidade Andina (CAN), Mercosul
Venezuela	Mercosul – suspenso, CARICOM – Estado Observador
México (estado observador)	Mercosul – Estado Observador, CARICOM – Estado Observador
Panamá (estado observador)	
Trinidad e Tobago (estado proposto)	CARICOM

A estrutura normativa da UNASUL se baseia em um Tratado Constitutivo assinado em 2008, mas que entrou em vigor em 11 de março de 2011. Dada a sua participação em outros blocos comerciais, os membros da UNASUL têm sido particularmente cuidadosos para evitar esforços duplicados e potenciais conflitos que possam afetar quaisquer acordos entre eles, e prometeram harmonizar a UNASUL com outros arranjos regionais.

Outra preocupação importante dos membros da UNASUL tem sido a redução das assimetrias existentes entre os países da região, como forma de alcançar uma integração



equitativa. Várias declarações formais emitidas por ocasião das reuniões de alto nível da UNASUL destacaram a disposição e o compromisso de seus membros em criar mecanismos de inclusão que nivelem o campo de atuação em toda a região, eliminando assimetrias estruturais e políticas¹⁹.

5. RESOLUÇÃO INTERNACIONAL DE DISPUTAS SUL-AMERICANA

Uma iniciativa particularmente interessante dos membros da UNASUL foi a criação de um Centro regional para a Solução de Controvérsias sobre Investimentos. Inicialmente proposto pelo presidente do Equador, Rafael Correa, em 2010, como alternativa ao Centro Internacional de Solução de Controvérsias sobre Investimentos (ICSID) do Banco Mundial²⁰. O centro de arbitragem da UNASUL visa oferecer uma estrutura de resolução de disputas mais transparente, acessível e equilibrada para disputas relacionadas a investimentos que surgem entre os países membros²¹.

A proliferação de inúmeras reclamações multimilionárias apresentadas por investidores estrangeiros contra vários países sul-americanos durante as últimas duas décadas contribuiu para exacerbam as críticas feitas à estrutura tradicional de resolução de disputas criada sob a égide do Banco Mundial durante a década de 1960. Desde a apresentação da primeira ação de arbitragem de investimentos em 1972, o ICSID tornou-se o principal fórum internacional para a proteção de investidores estrangeiros.

O Centro registrou 650 casos, em dezembro de 2017, dos quais um número significativo envolveu estados latino-americanos como requeridos²², em conexão com as atividades econômicas de investidores estrangeiros nesses países²³. Equador e Bolívia

¹⁹ Secretaria Permanente do SELA, União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) 45, agosto de 2015 (2017) <www.sela.org/media/1950656/di-10-15-unasur.pdf> acessado em 18 de novembro de 2017.

²⁰ ICSID (2017) <<https://icsid.worldbank.org>> acessado em 10 de dezembro de 2017.

²¹ Cancilleria (2017) <www.cancilleria.gob.ec/unasur-advances-in-the-creation-of-a-dispute-resolution-center/> acessado em 10 de dezembro de 2017.

²² ICSID, Estatísticas de Carga de Casos do ICSID, Edição 2018-1. (2018) <[https://icsid.worldbank.org/en/Documents/resources/ICSID%20Web%20Stats%202018-1\(English\).pdf](https://icsid.worldbank.org/en/Documents/resources/ICSID%20Web%20Stats%202018-1(English).pdf)> acessado em 10 de dezembro de 2017.

²³ No momento da redação deste artigo, os números atuais são de 54 casos contra a Argentina e 44 casos contra a Venezuela.



também se tornaram alvos de ações de arbitragem do ICSID, mas em menor grau²⁴. À medida que a pauta do ICSID crescia, também aumentavam as críticas ao sistema.

Uma preocupação era a percepção desfavoráveis países ocidentais industrializados e das corporações sediadas em seus territórios. Além disso, dada a estreita conexão e interdependência econômica entre o ICSID e o Banco Mundial, alguns expressaram preocupação de que seu acesso ao crédito pudesse ser afetado²⁵.

Outra preocupação sobre o ICSID era o custo e a complexidade dos processos perante ele, que muitas vezes exigia que os estados retivessem advogados proibitivamente caros para enfrentar seus oponentes corporativos. Essa questão estrutural, alguns argumentaram, dificultava o acesso à justiça e a eficiência²⁶. Outra crítica ao ICSID foi a ausência de um processo efetivo de apelação ou revisão que, diferentemente do mecanismo de anulação existente estabelecido no artigo 52 da Convenção do ICSID²⁷, poderia ajudar a promover mais previsibilidade e consistência.

Tanto a Bolívia quanto o Equador denunciaram a Convenção do ICSID em 2007 e 2009, respectivamente²⁸, e a Venezuela fez o mesmo em 2012. Embora muitos tenham percebido essas retiradas como um movimento tático dos governos dos países denunciantes para se proteger de uma série de reivindicações iminentes; pelo menos no caso da Venezuela, os investidores estrangeiros continuaram a apresentar reclamações ao abrigo de outras disposições do tratado (de investimento bilateral), contribuindo assim para prolongar o status quo. Ironicamente, o governo venezuelano também confiou sua defesa legal a escritórios de advocacia estrangeiros – sediados nos EUA²⁹.

²⁴ No momento da redação deste artigo, os números atuais são de 54 casos contra a Argentina e 44 casos contra a Venezuela.

²⁵ Concessão (2015) 6.

²⁶ Concessão (2015) 13.

²⁷ Convenção ICSID, artigo 52.

²⁸ O depositário recebeu a notificação da Bolívia de denúncia da Convenção ICSID em 7 de maio de 2007, que, de acordo com o artigo 71 da Convenção, entrou em vigor em 3 de novembro de 2007. O depositário recebeu a notificação do Equador de denúncia da Convenção ICSID em 6 de julho de 2009, que de acordo com o artigo 71 da Convenção, entrou em vigor em 7 de janeiro de 2010.

²⁹ A Argentina, por outro lado, seguiu uma estratégia diferente ao reunir uma equipe híbrida de funcionários públicos e profissionais privados que foram capazes de fornecer uma representação legal econômica e acumular uma grande experiência na representação de entidades estatais.



Quase sete anos depois de sua proposta inicial, o Centro de Solução de Controvérsias sobre Investimentos da UNASUL ainda não viu o amanhecer³⁰. Apesar de muitos esforços para tornar a proposta uma realidade, os estados membros da UNASUL não conseguiram chegar a um consenso sobre sua estrutura. Não obstante, em janeiro de 2016, um grupo de especialistas de alto nível que se reuniram em Montevideu, Uruguai, para ajustar as Regras e o Código de Conduta dos Árbitros³¹ teriam chegado a um consenso sobre cerca de oitenta por cento da proposta³².

A versão mais recente do Regulamento aborda vários assuntos importantes, inclusive a exclusão de certos tipos de disputas (saúde, meio ambiente, educação, energia) da arbitrabilidade, a menos que os Estados concordem expressamente³³. Outra característica importante do Regulamento da UNASUL é a inclusão de uma abordagem tripartida para a resolução de disputas não apenas limitada à arbitragem (artigo 16 e seguintes), mas também incluindo um mecanismo de facilitação (artigo 11) e conciliação (artigo 12). O Centro também deve ter uma lista de neutros propostos pelos Estados membros e sujeitos ao seu Código de Conduta.

Como mecanismo de proteção adicional, o projeto de Regulamento também contém uma disposição que permite aos Estados membros exigir o esgotamento dos recursos internos como pré-condição para a submissão da controvérsia à arbitragem. Por sua vez, na fase pós-acordo, as Normas da UNASUL incorporam um mecanismo de apelação voltado para corrigir erros na aplicação ou interpretação da lei, semelhante ao existente no Entendimento sobre Normas e Procedimentos que Regem o Acordo de Disputas (DSU) e os Procedimentos de Trabalho para Revisão de Apelação (Procedimentos de Trabalho) da Organização Mundial do Comércio³⁴.

O Centro UNASUL proposto certamente aborda muitas das preocupações levantadas pelos países latino-americanos sobre o mecanismo ICSID. Se e quando o Centro se

³⁰ Sarmiento (2016).

³¹ Fach Gomez e Titi (2016).

³² Fach Gomez and Titi (2016).

³³ Grant (2015) 28.

³⁴ Perez-Salgado, D., Perez-Lozada, F. Novo centro de arbitragem de investimentos na América Latina: UNASUL, Um exemplo híbrido de sucesso ou fracasso? Kluwer Arbitration Blog, 27 de maio de 2016 (2017) <<http://arbitrationblog.kluwerarbitration.com/2016/05/27/unasur/?print=pdf>> acessado em 8 de dezembro de 2017.



concretizar, sua eficácia dependerá de como for implementado, do nível de cooperação de seus Estados membros e da receptividade de seus usuários. Previsivelmente, a ideia de um mecanismo sul-americano de resolução de disputas sobre investimentos encontrou algumas críticas principalmente relacionadas ao risco percebido de manipulação política da UNASUL por seus membros.

Da mesma forma que algumas nações sul-americanas acusaram o ICSID de estar inclinado a favorecer poderosos interesses transnacionais; aqueles do outro lado da ilha também criticaram o estabelecimento de um Centro motivado por disputantes descontentes. Independentemente da validade dessa preocupação, os países membros da UNASUL têm o dever de promover a credibilidade e legitimidade desse novo mecanismo não apenas para seus stakeholders imediatos, mas também para o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois esforços mais recentes de integração regional na América Latina, representados pela ALBA e pela UNASUL, foram além dos acordos econômicos tradicionais para um empreendimento mais abrangente, que atende a outras questões sociais e políticas de interesse comum dos Estados membros. Pelo menos no caso da ALBA, a dependência excessiva do apoio financeiro e político da Venezuela foi a força motriz por trás dela e também o principal obstáculo para seu desenvolvimento. No caso da UNASUL, a situação parece ser um pouco diferente e a estrutura mais estável.

Nesse sentido, os membros da UNASUL também desenvolveram iniciativas que vão além do esquema tradicional de um regime de integração regional. Uma iniciativa digna de nota é o lançamento de um Centro de Solução de Controvérsias sobre Investimentos, que se propõe a oferecer uma alternativa ao atual mecanismo patrocinado pelo Banco Mundial. Centro da UNASUL tem sido objeto de amplo debate há mais de sete anos, mas ainda não foi lançado. Teremos que esperar até que isso aconteça para avaliar se o esforço valeu a pena para os estados membros, seus cidadãos e os investidores estrangeiros que fazem negócios com esses estados.

REFERÊNCIAS:



- CORRALES, Javier, Penfold-Becerra, Michael, *Dragon In The Tropics: Hugo Chávez And The Political Economy Of Revolution In Venezuela* (Brookings Institution Press 2011).
- FACH GOMEZ, Katia and Titi, Catharine, ‘UNASUR Centre for Settlement of Investment Disputes: Comments on the Draft Constitutive Agreement’ (2016) 3 *Investment Treaty News* accessed 30 November 2017.
- GÓMEZ, Manuel, ‘Malleable Law, The (Mis)Use of Legal Tools in the Pursuit of a Political Agenda’ (2012) 3 *ILSA Journal of International & Comparative Law* 509–54.
- KENDALL, Grant, ‘The ICSID Under Siege: UNASUR and the Rise of a Hybrid Regime for International Investment Arbitration’ (2015) 26 *Osgoode Legal Studies Research Paper Series*, paper 108 accessed 20 December 2017.
- SARMIENTO, María Gabriela, ‘The UNASUR Centre for Settlement of Investment Disputes and Venezuela: Will Both Ever See the Light at the End of the Tunnel?’ (2016) 4 *Journal of World Investment & Trade* 658–80.